

A Arte do Trabalho de Base.

Obede Guimarães de Souza¹

*“Quem não se comunica,
se istrumbica!”*

Abelardo Barbosa “O Chacrinha”

Esta exposição de ideias e opiniões é resultado da participação no trabalho de base realizado pelo NEPPA – Núcleo de Estudos e Práticas em Políticas Agrárias² em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST-BA) entre 2006 e 2011, em comunidades localizadas nos municípios de Santo Amaro da Purificação, São Sebastião do Passé e Mata de São João, no recôncavo baiano, além da participação em ações políticas como encontros, cursos, estágios de vivência, marchas e ocupações com caráter regionais e estaduais.

É uma tentativa de demonstração de alguns elementos que acumulamos durante os últimos cinco anos nos trabalhos de base realizados com o MST, envolvendo rádio comunitária, promoção da saúde, educação popular, agroecologia, formação política e agitação e propaganda. Porém, nesse texto, não trataremos da história ou aspectos dessas atividades e sim de reflexões mais gerais, que surgiram e se acumularam nesses anos.

Este texto não pode ser visto como um manual, mas sim como uma chuva de ideias, uma mistura de dicas com princípios e conceitos, que para serem aplicadas é necessária a verificação na realidade específica em que se está atuando. Mesmo quando afirmamos, e ocorrerá em vários momentos do texto, a afirmação é apenas para a nossa história, só as utilize se achar que cabe na sua situação.

Quando falamos da organização do trabalho de base, entendemos o trabalho de base como um processo educativo. Por mais prática ou lúdica que seja a atividade, deve ser

¹ Educador Popular em formação, Professor de História e integrante do Núcleo de Estudos e Práticas em Políticas Agrárias – NEPPA.

² Coletivo militante que desenvolve atividades de extensão universitária e assessoria em parceria com o MST. Auto organizado por estudantes e profissionais, desenvolve atividades praxiológicas de agroecologia, educação popular, organização comunitária, rádio comunitária, formação política e promoção da saúde; desde 2006.

planejado como processo educativo com início, meio e fim. É mais do que panfletar na porta da fábrica ou bater papo para a conquista de votos durante a eleição, o que não quer dizer que essas atividades não sejam importantes ou necessárias, trata-se apenas de deixar claro sobre qual trabalho de base estamos nos remetendo: Atividades educativas realizadas com, para e pelas camadas populares, com o intuito de problematizar fenômenos sociais ligados à vida da classe trabalhadora, em suas dimensões políticas, culturais, econômicas, religiosas ou familiares, de forma vinculada à melhoria das condições de vida dos envolvidos, ao projeto de sociedade da classe trabalhadora e à superação das relações sociais capitalistas.

Formular alternativas e colocá-las em prática. Alternativas que deem respostas às necessidades imediatas e que, no mínimo apontem, para um horizonte anticapitalista, trata-se de construir experiências revolucionárias antes da revolução, construir uma prática anticapitalista dentro do capitalismo, de construir o futuro transformando o presente.

Não esquecendo de que o trabalho deve ser desenvolvido em um diálogo respeitoso, em busca da não hierarquização das relações e todas as demais características da Educação Popular como princípio, como trataremos mais adiante.

Começaremos adentrando à esfera mais sensível e individual dos militantes, Trazendo a necessidade da presença de alguns sentimentos, princípios e posturas para que o trabalho de base seja verdadeiro, sincero, apaixonante e assim (só assim), possa funcionar: A importância da autotransformação na transformação do mundo.

No segundo item trataremos da preparação do trabalho, dos momentos prévios e da (con)vivência na comunidade onde o trabalho será desenvolvido, seja rural ou urbana, seja movimento social ou sindicato. É preciso conhecer a realidade para transformá-la.

Em seguida falaremos do planejamento e da avaliação, ressaltando a importância e a centralidade do planejamento, ou seja, na antecipação e reflexão coletiva do que se pretende fazer, delineando o trabalho de base.

Por mais que mudanças ocorram em um processo, um mau planejamento dificilmente pode ser revertido, a não ser com outro. Também essencial e realizada nos mesmos moldes, a avaliação enquanto uma verificação qualitativa do que foi planejado e executado.

No quarto item trazemos em linhas gerais como compreendemos que a história humana se desenrola. Não se trata do estabelecimento de leis, e sim de uma noção extremamente limitada da dialética materialista e histórica a partir dos princípios do trabalho de base que defendemos.

1. A arte de nos auto fazer.

Trata-se da arte do diálogo; da arte do ouvir, refletir e elaborar; da arte de colocar a esperança e o desejo de transformação no nosso cotidiano; da arte de tentarmos ser o que defendemos ser; da eterna busca de semear o desejo e a esperança de um outro mundo, um mundo melhor, onde a exploração entre seres humanos seja a inimiga número um da humanidade.

O trabalho de base começa com você mesmo, você precisa ter convicção dos seus posicionamentos diante da comunidade³, é preciso sair do campo dos achismos, compreender a realidade social e posicionar-se diante dela. Um posicionamento teórico-prático diante de si, dos outros e do mundo.

Só é possível que nos tornemos agentes transformadores da sociedade se transformarmos a nós mesmos, se tivermos a humildade de olhar os nossos defeitos, reconhecê-los e lutar para superá-los no mundo e concomitantemente em nós.

O que quero dizer é da necessidade do combate, no mundo e em nós mesmos, ao consumismo, ao machismo, ao egoísmo, ao racismo, ao comodismo, à competição e outros princípios predominantes em nossa sociedade atual, mas não inerentes à humanidade. A leitura de um livro, uma cartilha ou panfleto, por si só, não promovem transformação. Transformamo-nos na ação e na reflexão que nos leva a outras ações. Não somos o que queremos, somos o que fazemos, somos um ser em movimento, histórico que se auto faz e se auto determina.

Portanto, como diria o companheiro Val “*abra o seu coração*” para transformar a si mesmo na ação para transformar o mundo. Sem a predisposição para libertar-se, nunca contribuiremos para a libertação humana. Sem a humildade de nos perceber alienados, por mais conhecimento ou experiência que tenhamos, por mais militante que sejamos, a

³ Sempre que nos referirmos a comunidade, o fazemos em sentido ampliado, abrangendo comunidades sindicais, indígenas, quilombolas, bairros ou regiões, movimentos sociais do campo ou da cidade, comunidade escolar; enfim, o ambiente popular onde seria realizado o trabalho de base.

alienação e os preconceitos estão presentes, embrenhando em nossas mentes e corações, como forças ininterruptas que requerem uma vigilância individual, coletiva e constante. Pois, é justamente, quando pensamos que estamos plenamente politizados, que já encontramos a verdade e estamos do lado certo, que cometemos os piores equívocos.

Como teria dito Jesus: *“orai e vigiai”*. A oração fica por conta da crença de cada um, mas a vigilância sobre o quanto as nossas ações correspondem ao que defendemos e o quanto o que defendemos contribui de fato para a libertação da classe trabalhadora deve ser constante. Se estiver em dúvida ou em crise, misture-se ao povo e a sua luta, que as respostas chegam.

Não há fórmulas, mas é preciso que haja desejo, vontade, tesão por promover alguma transformação. É o emocionar-se quando um mutirão enfim acontece depois de 7 meses de tentativa, é irradiar esperança no olhar, nas falas e nos gestos. Mas, sobretudo, é preciso que tudo isso seja verdadeiro, é preciso que os sentimentos de fato existam. Que o carinho e a solidariedade pelos próximos e próximas sejam reais e praticados com sinceridade.

Não se trata de maquiagem os nossos defeitos, ou fingirmos ser bonzinhos, trata-se de colocar esses princípios como objetivos de vida, e se esforçar para caminhar nessa direção sem crises ou dilemas pelos erros cometidos, mas sempre se esforçando e com coragem e paciência para superá-los.

Se esses sentimentos estão surgindo ou se desenvolvendo em você, ótimo, mas tenha cuidado para isso não te afastar do pragmatismo. Embora precise ser emocionante, é preciso que o trabalho de base aconteça em torno de questões concretas: problemas concretos e soluções concretas. É preciso que os objetivos sejam claros e evidentes, que partam de alguma necessidade da comunidade e que possam contemplar algum desejo. É preciso que cada indivíduo da comunidade enxergue a organização ou a atividade como uma ferramenta óbvia para a possível melhoria de sua vida agora e no futuro.

A arte enquanto façanha do diálogo consigo mesmo, com as outras pessoas e com o mundo, um diálogo que se refaz a todo momento, porque a cada novo diálogo, há mudanças no mundo, nas pessoas e em si mesmo. A arte de se auto moldar na modelagem do mundo.

A arte de destruir o pedestal do saber acadêmico e se permitir aprender por outras vias, pelas infinitas e encantadoras experiências e formulações populares.

2. A preparação do trabalho

Sim, mas afinal de contas do que vamos tratar? Sobre quais assuntos vamos construir as atividades educativas? As intervenções artísticas? As ações políticas? Quais serão os filmes vistos? Quem serão os palestrantes ou oficinairos? Como o trabalho será organizado? E diversas outras perguntas que serão respondidas e desrespondidas durante todo o processo. O importante é perceber que pelo menos três elementos compõem a busca pelas respostas:

- a) Os interesses e possibilidades do Coletivo de Educadores / Militantes;**
- b) Os interesses e possibilidades da comunidade;**
- c) As possibilidades e limitações do mundo real.**

É na mediação desses três elementos que devemos buscar as respostas, entendendo-as como uma busca que nunca se encerra, pois as perguntas e as respostas se modificam à medida que qualquer um dos elementos acima se modifique, ou seja, o tempo todo. Portanto, torna-se preciso a mediação dessas três forças materiais e ideológicas com muito diálogo, respeito e paciência, a partir de pelo menos dois aspectos:

a) A priorização ininterrupta dos interesses e possibilidades da comunidade.

Em diversos momentos há muitas dificuldades para que essa priorização se concretize, e é por isso que se não for priorizada constantemente, acarreta na intensificação da hierarquização.

- b) O máximo conhecimento possível sobre os três elementos.** O grupo precisa ter consciência do que quer com esse trabalho, do que a comunidade quer, o que o grupo e a comunidade podem oferecer um ao outro e a realidade social em que estão inseridos.

É muito comum que o coletivo de educadores/militantes tente sobrepor a sua vontade sobre a vontade da comunidade, e isso ocorre de maneira muito sutil. Por exemplo: Não raro os educadores negros ou vinculados à luta racial defendem a necessidade de problematizar o racismo; as mulheres de problematizar as relações de gênero; outros de problematizar a identidade ou consciência de classe etc. Embora todas sejam importantes e provavelmente necessárias naquela realidade, tais conclusões só

podem ser formuladas depois de respondida duas perguntas: ***“O que a comunidade quer?”*** e ***“Qual querer deve predominar?”***

Essas duas perguntas se relacionam com duas outras reflexões: ***“Para que o trabalho de base exista e funcione, ou seja, para que as pessoas participem, se interessem, a atividade deve contemplar (predominantemente) o querer de quem?”*** e ***“Há diferença entre predominância da minha vontade sobre a comunidade e vanguardismo?”***.

Essas reflexões devem nos distanciar de dilemas sobre quem está certo ou errado, ou qual querer é mais revolucionário do que outro, isto não importa nesse momento. O importante é que a classe trabalhadora se autodetermine na luta de classes e construa autonomamente o seu caminho, além do que, depois de estabelecido o diálogo e a confiança, os queres se conhecem melhor, se misturam e produzem novas sínteses com muito mais tranquilidade e por vontade dos sujeitos envolvidos.

É preciso ter paciência histórica, perceber que o diálogo não é resultado do falar tudo o que quer ou incomoda. O diálogo é um acordo tácito em que os sujeitos, na prática, vão determinando o que estão dispostos a falar, a ouvir e a compreender. A percepção desses limites e a atuação neles para o seu alargamento e aprofundamento é a tarefa do educador no trabalho de base.

“... para descobrir as suas reivindicações, a gente provocava a discussão, provocava conversa, provocava para eles falarem. No começo, eles não tinham muita liberdade, não falavam, mas na segunda vez, na terceira ou na quarta, eles iam se abrindo. Ai dependia de quem estava lá para saber como aproveitar aquilo (...) Era um barril de pólvora (...) um trabalhosinho meio pacioso, cuidadoso, para não cair na antipatia deles...”⁴

O próximo passo no caminhar para a revolução só pode ser dado a partir de onde estamos, do que pensamos e fazemos agora. E onde estamos agora, normalmente é muito diferente de onde gostaríamos ou, até mesmo, pensamos que estamos. É preciso

⁴ WECH, Cliff e GERALDO, Sebastião. *Lutas Camponesas no interior paulista: Memórias de Irineu Luís de Moraes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, pp. 89.

que nos permitamos preencher pelos desejos, problemas e necessidades da comunidade, que nos embebedemos daquela realidade fazendo com que ela também seja nossa.

Para que esta compreensão exista, é preciso que o coletivo de educadores compartilhe o viver da comunidade, submetendo-se às mesmas condições de vida da comunidade, seja ela um Assentamento de Reforma Agrária, uma ocupação dos Sem Teto, uma categoria sindical, uma Associação de Bairro, um grupo de jovens, de mulheres etc.

Exatamente porque cada realidade é única, que precisamos, o máximo possível, experimentar os mesmos horários, os mesmos trabalhos, os mesmos hábitos, o mesmo (des)conforto. Participar dos momentos de lazer e de confraternização, entrar em contato com os conflitos e dificuldades da comunidade e com a forma como as enfrentam ou não. Ocorrendo concomitantemente com a aplicação de oficinas pedagógicas, atividades lúdicas e práticas esportivas, que permitam intensificar este envolvimento e coletar mais informações⁵.

Pois a realidade sempre é complexa e diversa como nos alertava Irineu “O Índio”⁶ sobre os movimentos camponeses no interior de São Paulo na década de 40:

“ No campo todo mundo era camponês, mas não era todo mundo colono, tinha camadas. Qualquer um que quisesse trabalhar com organização precisaria entender bem as divisões do setor. Tinha o camponês assalariado de fato, tinha o camponês pequeno proprietário, tinha o arrendatário e tinha o camponês que trabalhava pela terça parte do que produzia. (...) os interesses deles eram diferentes...”⁷

Por exemplo: No sindicato é preciso ir e participar dos espaços de trabalho, refeições e confraternizações da categoria, seja na empresa, no bairro, no clube ou no

⁵ Na experiência desenvolvida por Paulo Freire em Angicos, no sertão nordestino, em 1961, a vivência prévia surge como etapa essencial para um processo educativo cuja emancipação humana seja o objetivo. Somente é possível transformar a realidade, libertando-nos, se conhecermos a realidade a ser transformada. Um processo similar é desenvolvido pelo NEPPA no Estágio Interdisciplinar de Vivência e Intervenção em Áreas de Reforma Agrária (EIVI-Bahia), em que a vivência intensifica o aprendizado por envolver outras capacidades cognitivas vinculadas aos sentimentos e aos sentidos.

⁶ Camponês e militante do Partido Comunista Brasileiro entre as décadas de 1930 e 1980.

⁷ WECH, Cliff e GERALDO, Sebastião. Lutas Camponesas no interior paulista: Memórias de Irineu Luís de Moraes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. pp. 132-3.

bar. Em uma ocupação seria ótimo participar da ocupação, construir barracos, mas se já aconteceu, tem que ir passar uns dias lá, se for semanas ou meses, melhor ainda. Se for uma Associação de Bairro tem que ir viver o bairro, saber das histórias, dos lugares, dos costumes etc.

“... tem que andar bastante, e eu frequentava a periferia da cidade à tarde, aos sábado e aos domingos de manha. Lá tinha um boteco chamado ‘Boteco da Ponta da Rua’ que era até perigoso (...) Então eu chegava e procurava uma solução para entrar em conversa. Pedia uma pinga também (...) e oferecia para o camponês (...) No domingo seguinte eu voltava lá (...) Naquele contato com eles eu dava uma entrada no problema da luta, uma entrada de leve...”⁸

Não importa o lugar ou a organização, é preciso primeiro permitir-se sentir a comunidade, compartilhar as suas dores e amores, suas esperanças e desesperos, logo permitir-se compreender àquela realidade. Em segundo, se colocar de fato ao lado da comunidade, demonstrar na prática que realmente está ao lado, que o “*mesmo risco que corre o pau, corre o machado*”, sem discursos ou lero lero, na prática, nas ações, no dormir, no comer, no trabalhar, no festejar, no vestir, no conversar e no lutar. Sendo o educador oriundo dessa comunidade ou não, é estando ao lado verdadeiramente que estaremos ao lado e a confiança recíproca pode ser conquistada.

“...eu sabia que a gente tinha que comer junto com os camponeses, dormir junto com os camponeses, aguentar as consequências como eles, tudo. Viver com eles, para ganhar a confiança e a participação. Eles eram muito desconfiados...”⁹

Por outro lado, é preciso ter cuidado para não perder o foco e se perder nesse emaranhado de sentimentos. Todas as etapas do processo precisam ter começo, meio e fim bem planejados e constantemente avaliados.

⁸ Ibidem, pp.125-6.

⁹ Ibidem, pp. 163.

3. Planejamento e Avaliação

O primeiro momento é o planejamento do coletivo de educadores, onde o coletivo planeja o planejamento com a comunidade. O grupo precisa definir com clareza o que ele está disposto a realizar e ter alguma noção sobre o que não está disposto. Em síntese, trata-se de planejar como serão colocadas as propostas no coletivo.

“Planejar é pensar antes de fazer. É antecipar no pensamento (e no papel) os passos de uma ação. E é ir refletindo sobre cada passo e preparando o seguinte. (...) Pensar sobre o fazer é, basicamente tomar decisões sobre este fazer. O planejamento é, então, um processo (também de ação) de tomada de decisões sobre determinada ação.”¹⁰

Tanto no coletivo de educadores como na comunidade, alguns elementos são centrais no planejamento:

- a) Identificação do problema ou necessidade (**Tema**)
- b) Formulação da **tarefa** (objetivo)
- c) **Quem** é responsável pelo quê
- d) **Como** a tarefa deve ser realizada (metodologia)
- e) Até **quando** a tarefa deve ser cumprida
- f) **O quê** é necessário para o cumprimento da tarefa (materiais, espaço etc.).

É recomendável que a pessoa que estiver mediando a discussão monte um quadro com os itens: **tema / tarefa / quem / como / quando / com quê¹¹**. O mediador precisa fomentar a objetividade para que a discussão não fique estagnada, então para cada problema ou necessidade que a comunidade levantar, volta-se às mesmas perguntas. Por outro lado, precisa permitir e fomentar a livre expressão, que as coisas sejam ditas, que os problemas sejam postos sobre a mesa para que possam ser superados.

É imprescindível que a comunidade compreenda cada discussão, que o máximo de indivíduos opine e desenvolva habilidades de planejamento e coordenação, que

¹⁰ MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Planejamento: Como fazemos a escola de educação fundamental*. Caderno de Educação no. 06. 2ª ed, ITERRA, Veranópolis, 2001. p. 6.

¹¹ Essa proposta deve ser adaptada à cada realidade em que outros itens possam surgir e outros possam ser retirados. A depender da facilidade da tarefa, seja desnecessário discutir como será feita, por exemplo.

aparecem como *um dos “calcanhares de Áquiles”* no trabalho de base, como demonstra o testemunho de Seu Luizinho, assentado no Estado da Paraíba:

“De planejamento eu não sabia. Por quê? Eu saía de seis horas, passava o rio, chegava lá, o cidadão dizia: vai fazer aquilo ali; pega a burra, bota a cangaia, e vai cambitar; vai encher o caminhão, etc., e etc. Eu sempre trabalhei para os outros, eu sempre fui mandado. Eu fiz isto o tempo todo (...) Eu vim de lá. Eu adubava, pulverizava, queimava, fazia tudo o que não prestava. No final de semana eu tinha o meu recurso, muito ou pouco, que desse pra viver, não desse pra viver, eu tinha (...). Quem é mandado não sabe administrar. (...) Noventa por cento das pessoas que estão aqui era mandado...”¹²

A coletivização do processo de planejamento, na mesma medida que no processo de avaliação, é essencial para a garantia da democratização e da prática coletiva do poder. É justamente a habilidade de planejar e avaliar que a divisão do trabalho imposta tenta retirar do trabalhador. É preciso inverter a lógica, para que os trabalhadores planejem e avaliem o seu trabalho, sua luta e sua vida. Todos os quereres e saberes em diálogo produzindo ações e conhecimento.

“Se planejar é tomar decisões, então este é um momento fundamental da participação coletiva (...) Onde não há planejamento, não há cooperação. Onde o planejamento está concentrado em poucas cabeças (acontece de ‘cima para baixo’) não há democracia. A gestão democrática implica em planejamento coletivo”¹³

Não queremos nos tornar novos patrões, portanto, além do planejamento ser coletivo, é importante que a opinião da comunidade predomine. Por outro lado, não podemos esquecer o que o grupo de militantes está disposto e pode fazer. Por exemplo: Não dá para desenvolver atividades de áudio visual, ou rádio, ou agroecologia sem pessoas que dominem minimamente as técnicas; não dá pra realizar o trabalho sem dinheiro para os materiais, transporte e alimentação; não dá pra abrir mão de princípios

¹² PEREIRA, Antonio Alberto. *Pedagogia do Movimento Camponês na Paraíba – Das Ligas aos Assentamentos Rurais*. Idéia, João Pessoa, 2009. pp. 168-169.

¹³ MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Planejamento: Como fazemos a escola de educação fundamental*. Caderno de Educação no. 06. 2^a ed, ITERRA, Veranópolis, 2001. pp. 8.

políticos que levem a atividade ao assistencialismo ou a submissão à interesses particulares. É preciso encontrar um ponto de intersecção.

O que dissemos sobre planejamento, também norteia a avaliação, com problematizações coletivas e objetividade pragmática. É o momento de verificação do que foi planejado e praticado, de consideração de pontos positivos e negativos e a sugestão de novas possibilidades, ou seja, replanejamento. Uma possibilidade é se nortear por três abordagens centrais: **que bom / que pena / que tal;** ou pela tabela **F.O.F.A. (Fortalezas / Oportunidades / Fraquezas / Ameaças)**

Para refletir e elaborar sobre o todo, é necessário participar do todo, os mesmos que planejam, devem agir e avaliar, para que todos possam ter uma experiência completa do processo praxiológico e assim potencializem a apropriação e formulação de conhecimento.

Ou seja, um processo contínuo, intercalado e indispensável de planejamento-ação-avaliação/planejamento-ação-avaliação/planejamento...

4. Conceitos Fundamentais

Os conceitos que trabalharemos neste capítulo são decorrentes da compreensão da história e dos processos educativos em uma perspectiva dialética e materialista, que tem como elemento central, que a subjetividade humana é forjada pelo sujeito através de suas decisões, reflexões, impulsos e sentimentos, frente à relação com a realidade concreta que se apresenta a qual condiciona o seu leque de possibilidades e necessidades a todo o momento. A subjetividade humana é “auto-forjada” pelos próprios seres humanos de acordo com as necessidades e possibilidades existentes no mundo.

Em “*A Formação da Classe Operária Inglesa*”, Edward Thompson (2006) demonstra como os operários na Inglaterra do século XIX se “*auto fazem*” diante das transformações no mundo do trabalho, com o surgimento das indústrias; a constituição da classe como uma “*autoconstrução*” coletiva possibilitada pela nova realidade e pelas ações dos sujeitos nela. Na obra “*Pedagogia do Movimento Sem Terra*”, Roseli Caldart (2000) utiliza a mesma interpretação para explicar a construção da identidade Sem Terra e o papel da educação neste processo: sujeitos que deixam de ser sem-terra (condição de não ter terra) e se “*auto-fazem*” Sem Terra (militantes do MST na luta

pela Reforma Agrária e pela soberania popular). Por fim, Sérgio Lessa e Ivo Tonet demonstram em *“Introdução à Filosofia de Marx”* (2007), como este *“auto-fazer-se”*, sem utilizar este termo, se dá na esfera individual, no diálogo entre subjetividade e a realidade, focando o surgimento do ser social e o papel central do trabalho na constituição ontológica deste ser.

Sendo assim, a história humana é um complexo oriundo da relação dialética entre o mundo e sua subjetividade (individual e coletiva). Então, qualquer trabalho de base, estará inserido nesse diálogo entre o ser social e sua subjetividade, a realidade social em que estão inseridos e o conhecimento histórico que possuem, do geral ao específico, dos processos históricos de longa duração ao cotidiano, do experimentado aos símbolos e mitos, dos problemas às ações para solucioná-los.

Portanto, fazer o trabalho de base deve está muito distante da aplicação de técnicas para dirigir, comandar, controlar ou conduzir as pessoas para a “libertação”, “conscientização” ou qualquer outro caminho que queiramos. Lembrando Paulo Freire (1979, 2006), *“...ninguém liberta ninguém, ninguém conscientiza ninguém e ninguém se liberta sozinho...”*. A libertação é uma práxis coletiva, pois como já dissemos, os seres humanos se *“auto fazem”* e só assim, *“auto fazendo-se”* é que podem se libertar.

Se esse raciocínio estiver correto, as organizações populares e suas lutas constituem-se enquanto sujeitos pedagógicos nesse processo de libertação, *“...ou seja como uma coletividade em movimento, que é educativa e que atua intencionalmente no processo de formação das pessoas que a constituem...”*¹⁴. Como demonstram os testemunhos abaixo:

*“...A consciência de classe na greve avança muito, porque ai se vê o inimigo de cara. Porque antes de entrar numa greve, o administrador agrada o trabalhador, o administrador dá risada para ele, o patrão olha para ele, de longe, mas olha. Na greve, o camponês via o administrador, o fiscal como inimigo de fato. Então ganhava consciência de classe. A greve, eu acho que é uma grande escola...”*¹⁵

¹⁴ CALDART, Roseli. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. Petrópolis, Vozes, 2000, pp. 315.

¹⁵ WECH, Cliff e GERALDO, Sebastião. *Lutas Camponesas no interior paulista: Memórias de Irineu Luís de Moraes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. pp. 174.

“...Eu não sabia conversar direito, tinha vergonha quando via meio mundo de gente na minha frente, fui desenrolando. Hoje eu dou discurso para 5 mil pessoas. (...) O movimento trabalha com as pessoas excluídas da sociedade, na ocupação vai todo tipo de gente, (...) É no acampamento que vai se dar a formação (...) O movimento tenta recuperar essas pessoas. (...) Ele começa a enxergar de cima pra baixo. E aí vê que tem um mundo de coisa errada...”¹⁶

4.1 Organização do Trabalho de Base por Complexos Temáticos

Esta perspectiva se materializa em alguns aspectos centrais: a estruturalização do currículo por complexos (PISTRAK, 1988), em diálogo com os eixos temáticos ou temas geradores formulados por FREIRE (1979, 2006).

Em contraposição à organização positivista ou cartesiana do currículo, PISTRAK, em *“Fundamentos da Escola do Trabalho”* (1988) e *“A Escola Comuna”* (2009), baseado em experiências educativas na Rússia após a Revolução Socialista de 1917, apresenta a possibilidade de o conteúdo estar organizado por complexos ou módulos, que possuem um tema central vinculado à atividade laboral dos educandos, relacionando-se com outros conteúdos de diversas áreas do conhecimento, de forma transversal.

Em *“Educação como Prática da Liberdade”* (2006), *“Pedagogia do Oprimido”* (2006) e *“Comunicação ou Extensão?”* (1979); Paulo Freire demonstra, por diversas vezes, a necessidade do educando participar ativamente da investigação e escolha dos temas geradores, ou seja, do currículo.

Então, complexos ou eixos temáticos, enquanto um composto, complexidade concreta dos fenômenos que são tomados da realidade e reunidos em torno de temas ou idéias centrais determinadas (FREITAS, 2003), poderão orientar temas de interesse da comunidade, de preferência sugeridos por ela e vinculados à sua realidade, sua história, seus problemas e sua superação. Estes complexos não se resumem em si, transversalizam diversos conteúdos e compõem experimentações metodológicas.

¹⁶ BRANFORD, Sue e ROCHA, Jan. *Rompendo a Cerca*. São Paulo: Casa Amarela, 2004, pp. 91-2.

4.2 Dialogicidade, práxis pedagógica e pedagogia da alternância

A dialogicidade é um princípio metodológico para intensificar a comunicação e a sua qualidade. Em um processo dialógico, educandos educam e educadores são educados.¹⁷

Trata-se do educador que se permite ser educando e o educando que assume o seu posto de educador. A dialogicidade mistura os papéis, desmancha a hierarquia e produz síntese de saberes, aprendizado e transformações mútuas, mantendo o respeito recíproco.

Coloca-se como desafio mediar os conteúdos articulando-os, transversalizando-os e tendo como princípio a comunicação recíproca, não autoritária e não impositiva, o diálogo respeitoso entre educadores/militantes e comunidade. Diálogo entre os saberes acadêmicos e os populares, entre a realidade social e a teoria, entre a teoria e a prática, que se funde em uma coisa única, isto é, a praxiologia. A práxis como síntese, mais do que apenas uma soma entre prática e teoria.

Aprender fazendo e fazer aprendendo, refletir a ação e agir refletindo, construir o seu caminho em dialogo com os estímulos e desafios (possibilidades e necessidades) colocados pela realidade experimentada.

“...educar para a ação transformadora, isto quer dizer que precisamos de pessoas capazes de articular, com cada vez mais competência, teoria e prática, prática e teoria”¹⁸

“...A questão de saber se cabe ao pensamento humano uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas prática. É na práxis que o homem deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno de seu pensamento. A disputa sobre a realidade ou não-realidade do pensamento isolado da práxis é uma questão puramente escolástica...”¹⁹

¹⁷ Mais explicações em FREIRE (1979, 2006).

¹⁸ MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Princípios da Educação no MST – Cadernos de Educação no. 08. ANCA, São Paulo, 1996. p. 10.

¹⁹ MARX, Karl e ENGELS, Frederich. A Ideologia Alemã. São Paulo, Grijalbo, 1977, pp. 12.

Este diálogo se materializará explorando o máximo das capacidades cognitivas dos participantes. A arte-educação ou as místicas como os Sem Terra costumam chamar, como forma e como conteúdo, ou seja, como concepção educativa que atinge instâncias profundas da psique humana: os sentimentos. Além de tornar o processo educativo/militante mais agradável, interessante e criativo e de oferecer variadas possibilidades metodológicas.

Um processo educativo composto por dois momentos distintos e complementares, que se alternam, ou seja, “*A Pedagogia da Alternância*”²⁰. A materialização metodológica da práxis, produzindo dentro do processo educativo momentos para a ação e para reflexão: o tempo escola e o tempo comunidade. Um tempo em que se discute, reflete, exercita, elabora e o tempo da ação no enfrentamento e busca de solução de problemas.

Cada atividade ou conjunto de atividades devem se desdobrar em ações práticas e esse momento da prática deve ser enxergado como etapa do trabalho de base, que requer tanta atenção, cuidado e planejamento como os outros momentos. As ações práticas como parte fundamental do processo educativo.

5. Conclusão

Dedicar-se ao trabalho de base não é uma tarefa fácil. É ser violentado com as violências do cotidiano popular, seja a do Estado, dos poderosos ou da família. É correr risco em ocupações, marchas ou greves; é sentir os golpes da luta cotidiana pela sobrevivência que empurra os indivíduos para a competição, que os força a brigarem entre si pela sobrevivência.

Fazer trabalho de base é mudar o lugar social de onde pensamos e agimos, é ser classe trabalhadora em luta contra o capital, é sonhar e agir para que o tempo das vitórias chegue logo.

Fazer trabalho de base é se encantar com as milhares de histórias, alegres e sofridas, proseadas, recitadas ou cantadas; é ver a lindeza no sorriso e alegria popular, na sua capacidade de se manter em pé e ser feliz, de lutar e de festejar.

²⁰CALDART, 2004, Cadernos de Educação do MST nº 8

Fazer trabalho de base é aprender com a solidariedade popular, com os saberes e conhecimentos, com a sua religiosidade, é formar-se politicamente pela classe trabalhadora em luta. É reconhecer a potencialidade revolucionária da classe trabalhadora e contribuir para dar-lhe o seu lugar de direito.

Fazer trabalho de base é distanciar-se dos dilemas acadêmicos ou teóricos e lambuzar-se na luta real de nosso povo, buscando as respostas e as próximas perguntas na práxis social.

6. Referências Bibliográficas

- BRANFORD, Sue e ROCHA, Jan. *Rompendo a Cerca*. São Paulo: Casa Amarela, 2004
- CALDART, Roseli. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. Petrópolis, Vozes, 2000.
- DA SILVA, Ranulfo Peloso. *A Retomada do Trabalho de Base*. São Paulo, CEPIS, 2001.
- FREIRE, Paulo. *Comunicação ou Extensão?*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- FREIRE, Paulo. *Educação como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2006.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2006.
- FREITAS, Luis Carlos de. *Ciclos, seriação e avaliação: confrontos de lógicas*. São Paulo: Moderna, 2003.
- GADOTTI, Moacir. *Concepção Dialética da Educação: Um estudo introdutório*. São Paulo, Cortez, 2006.
- LESSA, Sérgio e TONET, Ivo. *Introdução à Filosofia de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- MARX, Karl e ENGELS, Frederick. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- MÉSZÁROS, István. *A Educação para Além do Capital*. São Paulo, Boitempo, 2005.
- MINAYO, M. C. de S. *O Desafio do Conhecimento. Pesquisa Qualitativa em Saúde*. 6ª ed. São Paulo, Hucitec, Rio de Janeiro, Abrasco, 1999.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Princípios da Educação no MST – Cadernos de Educação no. 08*. ANCA, São Paulo, 1996.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Planejamento: Como fazemos a escola de educação fundamental*. Caderno de Educação no. 06. 2ª ed, ITERRA, Veranópolis, 2001.
- PEREIRA, Antonio Alberto. *Pedagogia do Movimento Camponês na Paraíba – Das Ligas aos Assentamentos Rurais*. Idéia, João Pessoa, 2009.
- PISTRAK. *Fundamentos da Escola do Trabalho*. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- THOMPSON, Edward. *A Formação da Classe Operária Inglesa vol. I*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- WECH, Cliff e GERALDO, Sebastião. *Lutas Camponesas no interior paulista: Memórias de Irineu Luís de Moraes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.